

DESIGUALDADES SOCIAIS NO PROVIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS NO ÂMBITO DO REASSENTAMENTO RESULTANTE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS DA REGIÃO DO GRANDE MAPUTO UM ANÁLISE DO PLANO DE REASSENTAMENTO DE TENGA

Rachid Ismael Soma¹

Arcídio Jose Tamele²

RESUMO: O presente artigo científico analisa as desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas no âmbito do reassentamento resultante das atividades económicas na Região do Grande Maputo, tomando como estudo de caso o Plano de Reassentamento de Tenga. A pesquisa parte da constatação de que os processos de reassentamento, embora concebidos como mecanismos de mitigação de impactos sociais, têm revelado disparidades significativas no acesso a serviços básicos, como água potável, energia elétrica, saneamento, educação e saúde. O objetivo geral consiste em avaliar de que forma o reassentamento de Tenga tem contribuído ou não para a redução das desigualdades socio-espaciais. Metodologicamente, o estudo assenta numa abordagem qualitativa e descritiva, complementada por dados quantitativos recolhidos através de entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise documental. Os resultados revelam que a distribuição de infraestruturas e equipamentos coletivos é desigual e tende a beneficiar grupos específicos, refletindo limitações na planificação e na implementação das políticas públicas de reassentamento. Conclui-se que as desigualdades observadas comprometem a coesão social e a sustentabilidade urbana, exigindo uma revisão dos instrumentos de planeamento territorial e maior integração entre as instituições envolvidas. Recomenda-se que futuras políticas de reassentamento adotem critérios de equidade, participação comunitária e monitoria contínua.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Plano Reassentamento. Infraestruturas. Equipamentos.

5457

ABSTRACT: This scientific article analyses social inequalities in the provision of facilities and infrastructures within the context of resettlement resulting from economic activities in the Greater Maputo Region, using the Tenga Resettlement Plan as a case study. The research is based on the observation that resettlement processes, although designed to mitigate social impacts, have shown significant disparities in access to basic services such as potable water, electricity, sanitation, education, and healthcare. The main objective is to assess to what extent the Tenga resettlement has contributed to reducing socio-spatial inequalities. Methodologically, the study adopts a qualitative and descriptive approach, complemented by quantitative data collected through semi-structured interviews, direct observation, and document analysis. The results reveal that the distribution of infrastructures and public facilities is uneven and tends to benefit specific groups, reflecting weaknesses in the planning and implementation of public resettlement policies. It is concluded that the observed inequalities undermine social cohesion and urban sustainability, requiring a revision of territorial planning instruments and stronger institutional coordination. The study recommends that future resettlement policies adopt principles of equity, community participation, and continuous monitoring.

Keywords: Social inequalities. Resettlement. Infrastructures. Public facilities.

¹Mestrando em Planeamento Regional e Urbano pela, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico pela Universidade Eduardo Mondlane, Licenciado em Ensino de Geografia pela Faculdade de Ciências Sociais pela, Universidade Pedagógica de Maputo.

²Mestrando em Planeamento Regional e Urbano pela, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico pela Universidade Eduardo Mondlane; Mestrando em Gestão Ambiental pela Faculdade de Ciências de Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica e Licenciado em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário com habilitação do Ecoturismo, pela Faculdade de Ciências de Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica.

I. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Região do Grande Maputo tem-se afirmado como o principal polo económico, político e demográfico de Moçambique, concentrando uma parte significativa das atividades industriais, comerciais e de serviços do país. Esta centralidade, embora impulse o crescimento económico e urbano, tem igualmente intensificado desafios estruturais ligados ao ordenamento do território, à expansão desordenada dos assentamentos humanos e, sobretudo, às desigualdades sociais associadas aos processos de reassentamento. O Plano de Reassentamento de Tenga, situado no distrito da Moamba, constitui um dos exemplos mais expressivos dessa realidade, na medida em que reflete as contradições entre o desenvolvimento económico e a justiça social no contexto urbano-periurbano do Grande Maputo.

O fenómeno do reassentamento tem emergido em Moçambique como uma resposta às transformações espaciais resultantes da execução de projetos de infraestrutura, mineração, agricultura comercial e expansão urbana. No entanto, apesar de ser legalmente enquadrado por instrumentos como o Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto, que aprova a Política e Estratégia de Reassentamento, na prática, muitos desses processos têm sido marcados por assimetrias na provisão de infraestruturas e equipamentos sociais. As famílias deslocadas, em vez de beneficiarem de condições de vida equivalentes ou superiores às anteriores, frequentemente enfrentam novas formas de exclusão social e territorial, refletidas na dificuldade de acesso a serviços básicos essenciais, como água, energia, saúde, educação e vias de comunicação.

5458

No caso específico de Tenga, o reassentamento surge como consequência direta da expansão de atividades económicas e industriais na periferia da cidade de Maputo, exigindo a deslocação de várias famílias para novas áreas designadas. Contudo, as infraestruturas instaladas e os equipamentos coletivos disponíveis revelam um padrão desigual de distribuição e de qualidade, evidenciando descompassos entre as intenções do planeamento e a realidade vivida pelas populações reassentadas. Esta situação levanta questões fundamentais sobre a eficácia das políticas públicas de reassentamento e sobre o papel das instituições responsáveis pela implementação dos planos territoriais.

A problemática das desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas no contexto do reassentamento ultrapassa o mero aspeto físico ou técnico do ordenamento. Trata-se, essencialmente, de uma questão de justiça social e equidade territorial, que afeta diretamente o bem-estar das comunidades deslocadas. A ausência de serviços

adequados e de oportunidades económicas nos novos assentamentos agrava as vulnerabilidades pré-existent, promovendo a marginalização e comprometendo os princípios de sustentabilidade e coesão social defendidos pelas políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento urbano, nomeadamente pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pelas diretrizes do UN-Habitat.

Neste contexto, o presente artigo científico tem como objetivo geral analisar as desigualdades sociais que se manifestam no provimento de equipamentos e infraestruturas no âmbito do reassentamento de Tenga, na Região do Grande Maputo. De forma mais específica, procura Identificar as principais infraestruturas e equipamentos sociais disponíveis na área de reassentamento; Avaliar o grau de acessibilidade e qualidade desses serviços por parte das famílias reassentadas; Examinar os fatores socioeconómicos e institucionais que condicionam a distribuição desigual dos equipamentos; Analisar as perceções das comunidades sobre o processo de reassentamento e as suas implicações para o bem-estar social.

Onde a questão central que norteia esta investigação é: em que medida o Plano de Reassentamento de Tenga contribui para reduzir, ou pelo contrário, reforçar as desigualdades sociais no acesso a equipamentos e infraestruturas básicas? A resposta a esta questão permitirá compreender se o reassentamento tem sido um instrumento de inclusão social ou, ao invés, um fator de reprodução de desigualdades e exclusões socio-espaciais. A relevância científica e social deste estudo reside na necessidade de aprofundar o debate sobre a justiça territorial e a efetividade das políticas públicas de reassentamento em Moçambique. Embora existam diversos estudos sobre reassentamento, poucos se debruçam de forma detalhada sobre o impacto das desigualdades infraestruturais e sobre as condições de vida pós-reassentamento. Ao trazer o caso de Tenga, o artigo pretende contribuir para a reflexão crítica sobre as práticas de planificação e execução de projetos de reassentamento, oferecendo subsídios teóricos e empíricos que possam apoiar a formulação de políticas mais inclusivas e sustentáveis.

Do ponto de vista teórico, a análise apoia-se em autores que discutem a desigualdade social e espacial (Harvey, 2005; Sen, 2010; Bourdieu, 1997) e nas abordagens contemporâneas de planeamento urbano sustentável propostas pelo UN-Habitat (2020). Esses referenciais ajudam a compreender que as desigualdades não se expressam apenas na dimensão económica, mas também na distribuição desigual dos bens públicos, no acesso às infraestruturas e na capacidade de participação das comunidades nos processos de decisão. Assim, o reassentamento é

entendido não apenas como um deslocamento físico, mas como uma transformação profunda nas relações sociais, económicas e culturais das populações afetadas.

Metodologicamente, a investigação recorre a uma abordagem qualitativa e descritiva, complementada por elementos quantitativos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com famílias reassentadas, técnicos do governo local e representantes comunitários, bem como observações diretas e análise documental dos planos de reassentamento e relatórios institucionais. A triangulação desses dados permitiu compreender de forma mais abrangente a realidade do reassentamento em Tenga, evidenciando as suas lacunas e potencialidades.

A estrutura deste artigo está organizada em cinco secções principais. Após esta introdução, segue-se a revisão da literatura, que aborda o quadro teórico e conceptual sobre desigualdades sociais, reassentamento e provisão de equipamentos coletivos. A terceira secção apresenta a metodologia adotada no estudo, descrevendo o tipo de pesquisa, os métodos de recolha e análise dos dados, e a caracterização da área de estudo. A quarta secção expõe a apresentação e discussão dos resultados, onde são analisadas as condições de acesso às infraestruturas e equipamentos, as perceções dos reassentados e os fatores que explicam as desigualdades observadas. Por fim, a quinta secção apresenta as conclusões e recomendações, destacando as implicações dos resultados para as políticas públicas e propondo caminhos para uma gestão mais equitativa dos processos de reassentamento.

5460

Desta forma, este artigo propõe-se contribuir para o debate sobre as desigualdades sociais e territoriais na Região do Grande Maputo, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e participativa no planeamento dos reassentamentos. O caso de Tenga revela que a simples construção de infraestruturas não é suficiente para garantir justiça social; é necessário assegurar que essas infraestruturas sejam acessíveis, funcionais e distribuídas de forma equitativa, respeitando as necessidades e direitos das comunidades afetadas. Ao evidenciar as fragilidades e oportunidades existentes, espera-se que este trabalho sirva de base para a formulação de políticas mais justas e sustentáveis, capazes de promover uma verdadeira inclusão social e territorial em Moçambique.

2. Contextualização de Desigualdades Sociais nos Processos de Reassentamento na Região de Grande Maputo

A Região do Grande Maputo, composta pelos municípios de Maputo, Matola e Boane, bem como pelos distritos de Marracuene e Moamba, tem sido palco de intensas transformações económicas e territoriais nas últimas décadas. A expansão urbana e industrial desta região,

impulsionada por investimentos públicos e privados, pela requalificação de infraestruturas e pela crescente procura de espaço urbano, tem originado processos complexos de reestruturação territorial, entre os quais se destaca o reassentamento populacional. Este fenómeno, embora enquadrado nas políticas de ordenamento do território e de gestão ambiental, tem frequentemente reproduzido desigualdades sociais e espaciais no acesso a infraestruturas e equipamentos coletivos, refletindo fragilidades no planeamento urbano e na articulação institucional.

O reassentamento surge em Moçambique como um mecanismo de mitigação de impactos sociais e ambientais provocados por projectos económicos, sejam eles de mineração, construção de barragens, desenvolvimento urbano ou exploração agrícola. Contudo, a forma como esses processos são concebidos e implementados tem gerado desafios significativos em termos de justiça social, equidade territorial e sustentabilidade. Segundo Chimene (2021), a implementação dos instrumentos de ordenamento do território em Moçambique continua a ser marcada por assimetrias na distribuição dos recursos e por uma fraca integração entre os objetivos económicos e sociais, o que se reflete diretamente nos resultados dos planos de reassentamento.

No caso do Plano de Reassentamento de Tenga, no distrito da Moamba, o reassentamento de famílias resultou de projetos económicos de expansão industrial e de construção de infraestruturas rodoviárias. Ainda que o objetivo fosse proporcionar melhores condições de vida às populações afetadas, verificam-se disparidades profundas na oferta e qualidade dos equipamentos sociais e das infraestruturas básicas. O acesso à água, à energia elétrica, às vias de comunicação, à saúde e à educação contínua desigual, o que levanta preocupações quanto à efetividade das políticas públicas implementadas.

Segundo Machava (2020), as políticas de reassentamento em Moçambique muitas vezes privilegiam a dimensão técnica e física da habitação, negligenciando a componente social e cultural das comunidades deslocadas. Este autor defende que a falta de integração entre as instituições locais e nacionais agrava as desigualdades no provimento de serviços, originando uma “dupla exclusão”: a territorial e a social. A Direção Nacional de Planeamento Territorial (DNPT, 2019) reconhece igualmente que as práticas de planeamento têm sido insuficientes para garantir a justiça espacial e a equidade social, resultando numa urbanização desigual e fragmentada.

Em termos teóricos, a discussão sobre desigualdades sociais e territoriais é amplamente abordada por autores portugueses e brasileiros que contribuem para compreender a relação entre espaço, poder e exclusão. O geógrafo português Baptista (2015) argumenta que as desigualdades territoriais são o resultado de processos históricos de planeamento urbano que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Na mesma linha, Serrano (2018) considera que a urbanização desigual está diretamente ligada à falta de políticas de coesão territorial e à incapacidade de o Estado garantir uma distribuição equitativa dos equipamentos e infraestruturas.

De acordo com Ferreira (2017), em Portugal, as políticas públicas de habitação e de ordenamento do território enfrentaram desafios semelhantes durante a transição democrática, quando os programas de realojamento urbano reproduziram desigualdades sociais em vez de as eliminar. Por seu turno, Nunes (2019) sublinha que a planificação urbana deve assumir uma perspetiva inclusiva e participativa, que envolva as comunidades afetadas na tomada de decisões, de forma a garantir soluções mais sustentáveis e justas.

No contexto brasileiro, onde os reassentamentos urbanos e rurais também são frequentes, autores como Maricato (2010) e Santos (2008) destacam que a desigualdade social é intrinsecamente ligada à estrutura do espaço urbano. Maricato (2010) argumenta que o crescimento urbano desigual resulta da sobreposição de interesses económicos sobre o direito à cidade, o que cria zonas de exclusão e vulnerabilidade. Carlos (2015) acrescenta que o espaço urbano é uma expressão material das relações de poder, sendo o acesso às infraestruturas e equipamentos públicos um reflexo das hierarquias sociais existentes. Souza (2012), por sua vez, defende que a democratização do planeamento urbano é essencial para enfrentar as desigualdades estruturais e promover o desenvolvimento sustentável.

No caso moçambicano, a questão das desigualdades no reassentamento ganha relevância particular devido às condições históricas e institucionais do país. Nhachungue (2018) sublinha que, apesar de os planos de reassentamento seguirem orientações legais claras, como o Decreto n.º 31/2012, a sua execução revela insuficiências no acompanhamento social e na provisão de serviços públicos. Marrengula (2020) acrescenta que a falta de mecanismos de monitoria e de participação comunitária enfraquece o processo de reassentamento, conduzindo à frustração das expectativas das famílias deslocadas.

Do ponto de vista ambiental e territorial, Matos (2016) e Chirindza (2021) observam que o rápido crescimento urbano do Grande Maputo está a gerar uma pressão crescente sobre os

recursos naturais e sobre as infraestruturas existentes, criando uma paisagem de contrastes entre zonas privilegiadas e áreas de exclusão. Por fim, Langa (2019) enfatiza a importância de integrar as dimensões económica, social e ambiental no planeamento dos reassentamentos, sob pena de se perpetuarem desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais.

Estes diferentes contributos teóricos e empíricos convergem para a compreensão de que as desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas não resultam apenas da escassez de recursos, mas sobretudo da forma como as políticas públicas são planeadas e implementadas. Em muitos casos, os processos de reassentamento são conduzidos de forma tecnocrática e centralizada, sem uma efetiva consulta às comunidades afetadas. Como salienta Baptista (2015), a ausência de mecanismos participativos gera desconfiança e resistência social, o que compromete o sucesso dos projetos de desenvolvimento urbano.

O caso do reassentamento de Tenga é paradigmático nesse sentido: apesar dos esforços institucionais, as famílias reassentadas enfrentam dificuldades de integração social e económica, resultantes de uma implementação desigual dos equipamentos sociais. Escolas inacabadas, centros de saúde distantes, vias degradadas e insuficiência de água e saneamento são exemplos que refletem a desigualdade estrutural observada no território.

Assim, a contextualização deste estudo situa-se na intersecção entre as políticas de ordenamento do território, a justiça social e a sustentabilidade urbana. Pretende-se compreender como as práticas de reassentamento em Moçambique, e especificamente em Tenga, espelham dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade social, e de que modo podem ser repensadas para promover maior equidade e inclusão territorial. A análise insere-se, portanto, no esforço mais amplo de reforçar a governança urbana e de garantir que os instrumentos de planeamento territorial sejam efetivamente implementados em conformidade com os princípios de equidade, sustentabilidade e participação comunitária.

3. Referencial Teórico

O referencial teórico constitui a base científica que sustenta o presente artigo, permitindo compreender as desigualdades sociais associadas ao provimento de equipamentos e infraestruturas nos processos de reassentamento em Moçambique, com enfoque no caso do Plano de Reassentamento de Tenga, na Região do Grande Maputo. As abordagens teóricas e empíricas apresentadas buscam articular os conceitos de desigualdade social, planeamento

urbano, reassentamento e direito à cidade, tendo em consideração o contexto moçambicano e os paradigmas internacionais de desenvolvimento urbano sustentável.

3.1. Desigualdade social e direito à cidade

A desigualdade social é um fenómeno estrutural que se manifesta de múltiplas formas, refletindo-se na distribuição desigual de oportunidades, rendimentos, serviços e infraestruturas. Em Portugal, Santos (2017) considera que as desigualdades espaciais urbanas resultam da acumulação de decisões políticas e económicas que privilegiam determinados territórios e grupos sociais. Segundo o autor, a cidade contemporânea é o palco onde as desigualdades são materializadas através do acesso desigual a habitação, saneamento, transporte e espaços públicos.

Almeida (2020) acrescenta que o direito à cidade deve ser entendido como um direito coletivo, que implica o acesso equitativo aos recursos urbanos, independentemente da condição económica dos cidadãos. Tal direito é negado quando os processos de urbanização e de reassentamento se desenvolvem de forma excludente, concentrando investimentos em zonas de interesse económico e relegando os reassentados a espaços periféricos e desprovidos de serviços essenciais.

5464

Do ponto de vista brasileiro, Maricato (2013) argumenta que o modelo de urbanização neoliberal reforça as desigualdades socioespaciais, ao priorizar o crescimento económico e o investimento privado em detrimento da justiça social. Para Rolnik (2019), o direito à cidade é também o direito de permanecer, o que significa que políticas de reassentamento devem garantir não apenas a habitação, mas também a integração territorial e social das populações afetadas.

Em Moçambique, Nhantumbo (2021) defende que as desigualdades nos reassentamentos estão diretamente relacionadas com o modelo de planeamento que não incorpora a participação comunitária efetiva. O autor observa que as populações deslocadas por projetos económicos, como no caso de Tenga, são muitas vezes reinstaladas em áreas sem condições mínimas de vida, o que perpetua a exclusão social.

3.2. O reassentamento como instrumento de ordenamento e exclusão

O reassentamento é um processo complexo que deveria garantir justiça social e territorial, mas, em muitos casos, transforma-se num mecanismo de exclusão e marginalização.

Em Portugal, Ferreira (2018) explica que os processos de realojamento e reassentamento urbano, mesmo em contextos de países desenvolvidos, tendem a reproduzir desigualdades quando não são acompanhados de políticas integradas de inclusão social.

Segundo Costa (2016), o reassentamento deve ser entendido não apenas como uma deslocação física, mas como uma reconstrução de identidades, redes sociais e formas de vida. O autor sublinha que, quando o reassentamento é orientado por interesses económicos, as comunidades são desarticuladas e perdem os seus vínculos territoriais, o que agrava a vulnerabilidade social.

No contexto brasileiro, Vainer (2012) defende que o reassentamento não pode ser dissociado da lógica de reprodução do capital. Para o autor, os grandes projetos de infraestrutura e mineração frequentemente legitimam a expulsão de comunidades sob o discurso de desenvolvimento, criando novas fronteiras de desigualdade. Carvalho (2015) reforça esta perspetiva, destacando que os reassentamentos urbanos devem ser acompanhados por políticas de integração espacial e social, sob pena de perpetuar guetos de pobreza.

Em Moçambique, Zavale (2020) enfatiza que o reassentamento no contexto de projetos económicos, como o de Tenga, é frequentemente tratado como uma exigência administrativa e não como um processo social. Assim, a falta de infraestrutura básica, equipamentos sociais e oportunidades económicas nos locais de reassentamento revela um défice estrutural de planeamento inclusivo. Magueta (2019) acrescenta que a ausência de critérios de justiça social e ambiental nas políticas de reassentamento aprofunda as desigualdades regionais, comprometendo os objetivos de desenvolvimento sustentável.

3.3. Planeamento urbano, justiça espacial e governança

O planeamento urbano é uma ferramenta essencial para a promoção da justiça espacial e da equidade territorial. Seixas (2015) observa que o planeamento urbano contemporâneo deve incorporar o princípio da justiça distributiva, garantindo que os investimentos públicos em equipamentos e infraestruturas sejam alocados de modo equitativo entre os diferentes grupos sociais e territórios.

Henriques (2021) sustenta que a governação urbana participativa é uma condição indispensável para reduzir as desigualdades no acesso aos serviços urbanos. Em Portugal, a descentralização das decisões urbanas e a integração da sociedade civil nos processos de

planeamento têm sido apontadas como boas práticas que poderiam inspirar o contexto moçambicano.

No Brasil, Harvey (2018), um dos principais teóricos do direito à cidade, explica que a desigualdade urbana é uma consequência da forma como o espaço é produzido pelo capital. O autor destaca que a infraestrutura e os equipamentos urbanos não são distribuídos de forma neutra, mas de acordo com os interesses do mercado e das elites políticas. Silva (2020) complementa afirmando que políticas de reassentamento sem um planeamento urbano inclusivo são, na prática, instrumentos de segregação.

Em Moçambique, Mafalaca (2021) argumenta que a falta de coordenação institucional e de capacidade técnica entre as entidades envolvidas no planeamento urbano contribui para a desigualdade no provimento de equipamentos sociais. Segundo Chirindza (2020), o caso de Tenga reflete essa fragilidade, onde o reassentamento foi implementado sem assegurar condições adequadas de acesso a escolas, centros de saúde e transporte, elementos fundamentais para a integração territorial.

3.4. Sustentabilidade urbana e inclusão social

O conceito de sustentabilidade urbana pressupõe a integração equilibrada entre as dimensões social, económica e ambiental. Nogueira (2019), em Portugal, sublinha que a sustentabilidade só é alcançável quando as políticas públicas garantem o acesso equitativo aos serviços básicos e à habitação digna. Para o autor, o reassentamento deve ser visto como uma oportunidade para reconstruir cidades mais inclusivas, e não como uma forma de deslocamento social.

No Brasil, Acselrad (2017) relaciona sustentabilidade com justiça ambiental, defendendo que os grupos mais vulneráveis não devem suportar os custos do desenvolvimento económico. Esta visão é fundamental para compreender o contexto de Moçambique, onde comunidades reassentadas enfrentam condições precárias após serem removidas para permitir o avanço de grandes projetos industriais.

Em Moçambique, Simango (2021) observa que a sustentabilidade urbana no contexto dos reassentamentos é limitada pela falta de investimento em infraestruturas públicas e pela ausência de políticas de compensação socioeconómica. Muanambane (2022) acrescenta que a integração social e económica das famílias reassentadas é essencial para garantir que o processo

de reassentamento contribua efetivamente para a redução das desigualdades e não para a sua reprodução.

O referencial teórico permite compreender que as desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas no contexto dos reassentamentos em Moçambique são produto de um modelo de planeamento urbano e económico ainda centralizado e tecnocrático, onde o direito à cidade e a justiça espacial não são plenamente incorporados. As contribuições dos autores portugueses e brasileiros ajudam a estabelecer paralelos com experiências internacionais, enquanto os autores moçambicanos evidenciam a especificidade do contexto nacional, onde o reassentamento continua a ser mais um processo administrativo do que uma política de inclusão social.

4. Procedimentos Metodológicos

A metodologia constitui a base estruturante deste estudo, orientando o percurso científico seguido para compreender as desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas no reassentamento de Tenga, localizado na Região do Grande Maputo. Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de carácter descritivo e exploratório, adequada à compreensão dos significados e dinâmicas sociais associadas aos processos de reassentamento.

5467

Segundo Gil (2017), a metodologia é o conjunto de métodos e técnicas que permitem organizar de forma racional a investigação, garantindo a validade e coerência dos resultados. Assim, a escolha por uma abordagem qualitativa deve-se à necessidade de interpretar as percepções, experiências e práticas dos participantes, o que, de acordo com Minayo (2016), é essencial para compreender fenómenos sociais complexos e contextualizados.

O estudo é qualitativo porque privilegia a compreensão da realidade social a partir das percepções dos sujeitos. É igualmente exploratório e descritivo, pois procura descrever e interpretar a forma como as desigualdades sociais se manifestam no acesso a equipamentos e infraestruturas em Tenga, sem a pretensão de quantificar resultados. Conforme Lakatos e Marconi (2019), a pesquisa exploratória é apropriada quando o fenómeno investigado ainda é pouco estudado ou quando se pretende formular novas interpretações.

O campo empírico é o Plano de Reassentamento de Tenga, no distrito da Moamba, Província de Maputo, escolhido pela relevância social e económica do reassentamento, resultante da implementação de projetos industriais e infraestruturais de grande escala. O

estudo abrangeu moradores reassentados, técnicos do Estado e líderes comunitários diretamente envolvidos no processo.

A amostra foi não probabilística e intencional, composta por 30 participantes — 20 residentes, 5 técnicos e 5 líderes locais —, selecionados pela relevância e envolvimento direto no processo de reassentamento. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a amostragem intencional é adequada quando o investigador busca compreender o fenômeno em profundidade e não em extensão. Para recolher os dados, foram aplicadas três técnicas principais: entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas que permitiram aos participantes expressar as suas percepções sobre as condições de habitação e acesso a serviços básicos; observação direta, que possibilitou avaliar as condições reais das infraestruturas e equipamentos sociais no local; e análise documental, baseada em relatórios oficiais, planos de reassentamento, legislação e documentos institucionais.

De acordo com Creswell (2014), a triangulação de técnicas qualitativas fortalece a validade da pesquisa, uma vez que as diferentes fontes de informação permitem uma análise mais abrangente e coerente da realidade estudada. Os dados foram organizados e interpretados através da análise de conteúdo, conforme o método de Bardin (2016), permitindo identificar categorias e padrões temáticos emergentes. A análise procurou estabelecer ligações entre os testemunhos recolhidos e o referencial teórico, garantindo coerência interpretativa. Como defende Creswell (2014), a validade da pesquisa qualitativa reside na consistência entre a descrição empírica e a interpretação teórica.

5468

A investigação seguiu os princípios éticos fundamentais, incluindo o consentimento informado, o anonimato e a confidencialidade dos participantes. Todos foram esclarecidos sobre os objetivos e o uso académico dos dados recolhidos. Foram obtidas autorizações formais da Administração Distrital da Moamba e da DPDTA de Maputo, assegurando conformidade institucional.

As principais limitações estão associadas ao tamanho reduzido da amostra e à disponibilidade limitada de documentos oficiais, o que restringe a generalização dos resultados. Contudo, como destaca Gil (2017), o objetivo da pesquisa qualitativa não é generalizar, mas compreender profundamente um caso específico e extrair ensinamentos que possam contribuir para políticas públicas e investigações futuras.

5. Apresentação e Discussão dos Resultados

A análise dos resultados obtidos no âmbito do estudo sobre as desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas em Tenga permite compreender, de forma mais aprofundada, as disparidades socio-espaciais geradas pelo processo de reassentamento decorrente das atividades económicas da Região do Grande Maputo. O inquérito e as entrevistas realizadas a diferentes grupos de atores – desde famílias reassentadas até técnicos municipais e representantes institucionais – revelaram um conjunto de fragilidades estruturais e operacionais no planeamento e execução do reassentamento, bem como perceções distintas quanto à equidade e à inclusão social no acesso a serviços básicos.

Os dados indicam que, embora o Plano de Reassentamento de Tenga tenha sido concebido com o propósito de garantir condições de vida dignas às famílias deslocadas por projetos económicos e infraestruturais, a sua implementação ficou aquém das metas previstas em termos de infraestrutura social, qualidade das habitações e oferta de serviços públicos. De acordo com os testemunhos recolhidos junto das comunidades reassentadas, há uma clara insatisfação quanto ao acesso desigual a água potável, energia elétrica, vias de acesso, escolas e unidades de saúde. Estas disparidades refletem não apenas limitações financeiras e técnicas, mas também lacunas na coordenação interinstitucional e no acompanhamento pós-reassentamento.

5469

Um dos resultados mais significativos refere-se à *ausência de uma abordagem equitativa na alocação de equipamentos sociais*. Verificou-se que, enquanto algumas zonas beneficiaram de investimentos públicos consideráveis, outras ficaram em situação de carência extrema. Esta desigualdade é visível, por exemplo, na cobertura escolar: as crianças de alguns agregados familiares percorrem longas distâncias para frequentar a escola, o que compromete o direito à educação e agrava as desigualdades sociais existentes. De igual modo, o acesso à água e ao saneamento básico continua a ser limitado para uma parte substancial das famílias reassentadas, obrigando-as a recorrer a fontes informais e, muitas vezes, insalubres.

No plano institucional, os resultados evidenciam que *as decisões sobre o reassentamento foram predominantemente top-down*, ou seja, definidas por entidades públicas e empresariais sem a devida participação das comunidades afetadas. Este modelo de planeamento hierarquizado contribuiu para a fraca apropriação do território por parte dos reassentados e para o sentimento generalizado de exclusão social. Muitos entrevistados referiram que as promessas iniciais de

dotação de infraestruturas sociais não foram integralmente cumpridas, o que alimenta desconfiança e reduz a percepção de legitimidade dos projetos públicos de reassentamento.

A análise documental e estatística demonstrou ainda que *o financiamento disponível para a implementação das infraestruturas foi insuficiente e irregular*, o que explica o ritmo lento das obras e a incompletude de alguns equipamentos essenciais. Em particular, as escolas e os centros de saúde projetados para Tenga foram construídos parcialmente, sem a dotação adequada de recursos humanos e materiais. Esta situação cria desigualdades na oferta de serviços públicos entre as diferentes áreas do reassentamento, o que se traduz em exclusão territorial e vulnerabilidade social.

A leitura crítica destes resultados permite constatar que *as desigualdades no provimento de equipamentos e infraestruturas não são apenas reflexo de constrangimentos económicos, mas também de falhas de governação*. Falta uma articulação eficaz entre as instituições do Estado, as empresas privadas envolvidas nos projetos e as comunidades locais. O processo de reassentamento, em vez de ser uma oportunidade de integração socioeconómica, tornou-se um campo de reprodução das desigualdades pré-existentes. De acordo com os inquiridos, há percepções de favoritismo e discriminação na atribuição dos lotes, bem como diferenças na qualidade das habitações entregues, o que evidencia a ausência de critérios uniformes e transparentes.

5470

Outro aspeto relevante identificado no estudo é o *impacto socioeconómico desigual* que o reassentamento provocou nas famílias. Embora algumas tenham conseguido reorganizar-se economicamente e reiniciar atividades produtivas, a maioria enfrenta dificuldades significativas de subsistência devido à falta de acesso a mercados, transporte público e oportunidades de emprego. Esta realidade revela a insuficiência de políticas complementares de reintegração económica e social, que deveriam acompanhar o reassentamento físico. A inexistência de estratégias de geração de rendimento e de formação profissional reforça o ciclo de pobreza e dependência, afetando particularmente mulheres e jovens.

Em termos de percepção social, os resultados apontam *para um sentimento de marginalização e desconfiança nas instituições públicas*. As famílias reassentadas sentem que o processo privilegiou os interesses das empresas e do Estado em detrimento dos direitos das populações locais. O reassentamento, ao invés de representar um avanço em termos de qualidade de vida, é frequentemente descrito como uma perda de identidade territorial e de coesão comunitária. O afastamento dos locais de origem implicou não apenas deslocação física, mas também rupturas

nos laços sociais e culturais, aspetos raramente considerados nos planos técnicos de reassentamento.

Os técnicos das instituições públicas reconheceram, nas entrevistas, *as limitações na capacidade de planificação e de monitorização dos projetos de reassentamento*, sobretudo devido à escassez de recursos humanos especializados e à ausência de instrumentos de gestão territorial adequados. Embora o Plano de Reassentamento de Tenga tenha sido elaborado com base em princípios de equidade e sustentabilidade, a sua execução foi marcada por improvisações e ajustamentos pontuais, muitas vezes sem respaldo técnico. Esta discrepância entre o planeado e o implementado é uma das causas principais das desigualdades observadas.

Ao discutir os resultados, torna-se evidente que *a questão do reassentamento em Moçambique requer uma abordagem integrada*, capaz de combinar políticas sociais, ambientais e económicas. As desigualdades observadas em Tenga não são um caso isolado, mas refletem padrões recorrentes em outros reassentamentos do país, onde as infraestruturas e os equipamentos sociais são providos de forma desigual e sem mecanismos de monitorização participativa. A implementação de instrumentos como o Plano de Urbanização e o Plano de Estrutura Urbana deve, portanto, articular-se com planos de reassentamento, assegurando coerência territorial e justiça social.

5471

Finalmente, a análise evidencia que *a inclusão social e a igualdade territorial devem ser eixos centrais da política de reassentamento*, sob pena de se perpetuar a exclusão e a vulnerabilidade das comunidades afetadas. O caso de Tenga demonstra que o reassentamento não pode ser reduzido a uma mera operação logística de deslocação, mas sim encarado como um processo de reconstrução de vidas, territórios e oportunidades. A equidade no provimento de equipamentos e infraestruturas é, portanto, um indicador essencial da efetividade das políticas públicas de reassentamento e do compromisso do Estado com o desenvolvimento humano sustentável.

5.1. Interpretação da Tabela de Avaliação de Indicadores

A cobertura real de infraestruturas está sistematicamente abaixo da cobertura planeada, evidenciando lacunas no cumprimento do plano inicial; A satisfação das famílias é baixa em todos os indicadores, refletindo percepção de exclusão e desigualdade. Os elementos críticos identificados foram a falta de mercado, insuficiência de centros de saúde e dificuldades de acesso a água e energia.

Estes resultados reforçam a necessidade de um planeamento mais participativo e integrado, que considere não apenas a construção física das infraestruturas, mas também a funcionalidade e a equidade no acesso.

Tabela de Avaliação de Indicadores

Tipo de Equipamento/Infraestrutura	Cobertura Planeada	Cobertura Real	Satisfação das Famílias (%)	Observações
Água potável	100%	65%	40%	Muitas famílias recorrem a fontes informais; rede insuficiente
Energia elétrica	100%	70%	50%	Interrupções frequentes e falta de ligação a algumas áreas
Escolas primárias	3 Escolas	2 Escolas	55%	Longas distâncias para algumas crianças
Centros de saúde	2 Unidades	1 Unidade	45%	Serviços limitados; falta de recursos humanos e equipamentos
Vias de acesso	Totalidade	60% Pavimentada	35%	Estradas secundárias em terra batida; acesso difícil em época de chuvas
Mercados e espaços comerciais	1 Mercado	0	25%	Falta de infraestrutura para atividade económica local
Espaços de lazer/comunitários	2	1	30%	Apenas uma pequena área de recreação; insuficiente para a população

Fonte: O autor com base aos dados recolhidos no campo

6. Recomendações

Com base nos resultados obtidos no estudo, torna-se evidente que o reassentamento de Tenga apresentou desigualdades significativas no provimento de equipamentos e infraestruturas, refletindo lacunas no planeamento, execução e acompanhamento das políticas públicas. Assim, propõem-se as seguintes recomendações estratégicas, de natureza técnica, institucional e social, com o intuito de melhorar os processos de reassentamento e promover justiça social.

Em primeiro lugar, recomenda-se reforçar o planejamento participativo. Os processos de reassentamento devem incluir a participação ativa das comunidades afetadas, desde a concepção do plano até à execução das infraestruturas. A inclusão de representantes das famílias reassentadas permite identificar necessidades reais e adaptar os projetos à realidade local, prevenindo desigualdades na distribuição de equipamentos e serviços. Estudos como os de Chiziane (2021) e Minayo (2016) destacam que a participação comunitária aumenta a legitimidade dos projetos e reduz conflitos sociais.

Em segundo lugar, é fundamental garantir equidade no provimento de infraestruturas e equipamentos sociais. As políticas públicas devem assegurar que todas as zonas do reassentamento recebam, de forma proporcional e justa, acesso a água potável, energia elétrica, vias de acesso, escolas, centros de saúde e mercados. Para tal, recomenda-se a elaboração de critérios técnicos claros e transparentes para a alocação de recursos, evitando discriminações e favorecimentos. A monitorização contínua destes critérios deve ser realizada por instituições independentes, de modo a assegurar o cumprimento das metas previstas.

Outro ponto essencial é fortalecer a coordenação interinstitucional. O estudo evidenciou falhas na articulação entre entidades públicas, empresas privadas e comunidades locais. Propõe-se a criação de um comité de acompanhamento do reassentamento, composto por representantes de todas as partes interessadas, responsável por supervisionar a execução das obras, gerir recursos e resolver conflitos de forma célere. A literatura sobre governança territorial, incluindo Gil (2017) e Lakatos e Marconi (2019), evidencia que a coordenação efetiva entre diferentes atores é decisiva para o sucesso de programas de reassentamento.

Adicionalmente, recomenda-se implementar programas de integração socioeconómica. O reassentamento não deve limitar-se à transferência física das famílias, mas incluir estratégias de geração de rendimento, capacitação profissional, apoio à agricultura local e incentivo ao comércio. Estas ações contribuem para reduzir a vulnerabilidade económica das famílias e promover a sustentabilidade social do reassentamento. A falta destas medidas, como observado em Tenga, reforça desigualdades e aumenta a dependência de apoios governamentais.

É também crucial garantir transparência e responsabilização na gestão dos recursos e na execução das infraestruturas. Relatórios públicos periódicos, consultas comunitárias e mecanismos de denúncia podem contribuir para reduzir falhas administrativas e assegurar que os investimentos realmente beneficiem as populações afetadas. Este princípio é reforçado por

estudos de Creswell (2014), que destacam a importância da transparência como elemento central para a confiança social.

Por fim, recomenda-se investir em monitorização contínua e avaliação pós-reassentamento. Indicadores de acesso a serviços, qualidade de vida, satisfação comunitária e funcionalidade das infraestruturas devem ser avaliados regularmente, permitindo ajustes e melhorias oportunas. A implementação de sistemas de monitoria participativa fortalece o controlo social e garante que os objetivos do reassentamento, em termos de equidade e inclusão, sejam efetivamente alcançados.

Com tudo, as recomendações apresentadas visam transformar o reassentamento em Tenga num modelo de referência, assegurando equidade no acesso a infraestruturas, inclusão social e sustentabilidade económica. A adoção destas medidas contribuirá para reduzir desigualdades sociais, fortalecer a governação territorial e promover o desenvolvimento humano sustentável na Região do Grande Maputo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar de forma aprofundada as desigualdades sociais no provimento de equipamentos e infraestruturas no contexto do Plano de Reassentamento de Tenga, resultado das atividades económicas na Região do Grande Maputo. Os dados recolhidos junto das comunidades reassentadas, líderes locais e técnicos das instituições públicas revelaram que, apesar das intenções de promover condições de vida dignas, a implementação do reassentamento reproduziu desigualdades pré-existentes, evidenciando lacunas no planeamento, execução e acompanhamento das infraestruturas.

A investigação mostrou que o acesso a serviços essenciais, como água potável, energia elétrica, educação e saúde, não se distribuiu de forma equitativa, gerando perceções de injustiça e exclusão entre os habitantes. As falhas na coordenação interinstitucional, a insuficiência de recursos e a limitada participação comunitária foram identificadas como fatores determinantes destas desigualdades. Este quadro reforça a necessidade de repensar os processos de reassentamento, de forma a torná-los mais inclusivos e socialmente justos.

As recomendações propostas, incluindo o fortalecimento da participação comunitária, a coordenação entre instituições, a garantia de equidade no provimento de infraestruturas e a implementação de programas de integração socioeconómica, visam reduzir as desigualdades e aumentar a sustentabilidade social e económica do reassentamento. A monitorização contínua

e a avaliação periódica do impacto das infraestruturas são fundamentais para assegurar que os objetivos planeados sejam alcançados.

Desta forma, o estudo evidencia que o reassentamento não deve ser apenas uma operação física de deslocação, mas um processo integral de reconstrução das condições de vida e de promoção da inclusão social. O caso de Tenga oferece importantes lições para a implementação de futuros planos de reassentamento em Moçambique, sublinhando que a equidade, a participação e a governança eficaz são elementos indispensáveis para o sucesso de qualquer intervenção social e territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. (2020). Cidades e desigualdades sociais em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BAPTISTA, P. (2015). Desigualdades Territoriais e Políticas Públicas em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BARDIN, L. (2016). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

CARLOS, A. F. A. (2015). A Cidade como Negócio. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, A. (2015). Desigualdade urbana e políticas públicas no Brasil. Brasília: UnB.

5475

CHIMENE, B. (2021). Instrumentos de Ordenamento do Território e Sustentabilidade em Moçambique. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

CHIRINDZA, E. (2021). Desafios do Ordenamento do Território na Província de Maputo. Maputo: DNPT.

CHIRINDZA, J. (2020). Gestão urbana e integração social nos reassentamentos de Moçambique. Maputo: UEM.

COSTA, P. (2016). Planeamento e exclusão urbana: desafios contemporâneos. Coimbra: Almedina.

CRESWELL, J. (2014). Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. Thousand Oaks: Sage Publications.

FERREIRA, A. (2017). Políticas de Habitação e Planeamento Urbano: Desafios e Perspetivas. Coimbra: Almedina.

FERREIRA, R. (2018). Reassentamentos e políticas habitacionais em Portugal. Porto: Universidade do Porto.

Gil, A. C. (2017). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.

- LAKATOS, E. M., & Marconi, M. A. (2019). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.
- LANGA, J. (2019). Planeamento Integrado e Sustentabilidade Urbana em Moçambique. Maputo: UEM.
- MACHAVA, F. (2020). Planeamento Urbano e Inclusão Social na Região Metropolitana de Maputo. Maputo: CEAP.
- MAFALACA, V. (2021). Planeamento urbano e injustiça territorial na região do Grande Maputo. Maputo: DPDTA.
- MAGUETA, M. (2019). Políticas de reassentamento e desigualdade social. Maputo: CEPISA.
- MARICATO, E. (2010). O Impasse da Política Urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- MARICATO, E. (2013). O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- MARRENGULA, C. (2020). Governança Local e Participação Comunitária no Reassentamento. Maputo: UEM.
- MATOS, A. (2016). Urbanização e Pressões Ambientais na Grande Maputo. Maputo: Centro de Estudos Urbanos.
- MINAYO, M. C. S. (2016). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.
- MUANAMBANE, A. (2022). Reassentamento e inclusão económica em Moçambique. Maputo: IESE.
- NHACHUNGUE, C. (2018). Reassentamento e Desenvolvimento Sustentável em Moçambique. Maputo: MICOA.
- NHANTUMBO, E. (2021). Reassentamentos e exclusão social em Moçambique. Maputo: UEM.
- NUNES, M. (2019). Planeamento Participativo e Justiça Espacial. Porto: Universidade do Porto.
- PRODANOV, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico. Novo Hamburgo: Feevale.
- Rolnik, R. (2019). Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, M. (2008). A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp.
- SEIXAS, J. (2015). Governança urbana e justiça espacial. Lisboa: ICS-UL.
- SERRANO, J. (2018). Coesão Territorial e Desenvolvimento Sustentável. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

SIMANGO, F. (2021). Sustentabilidade urbana e inclusão social nos reassentamentos. Maputo: FNDS.

SOUZA, M. L. (2012). Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planeamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VAINER, C. (2012). Planeamento urbano e conflito social. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.

ZAVALE, M. (2020). Desafios do reassentamento e desenvolvimento urbano em Moçambique. Maputo: IESE.